



Ata da 20.^a Reunião de Câmara | Extraordinária
08 de julho de 2024, 16:00h
Maia, Paços do Concelho

Ao oitavo dia do mês de julho de dois mil e vinte e quatro, pelas dezasseis horas, na sala de reuniões no terceiro piso do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a vigésima reunião de Câmara, extraordinária.

Presidiu à reunião o Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago.

Secretariou a reunião a Diretora do Departamento de Finanças e Património, Alexandra Maria de Carvalho Pereira

Estiveram presentes:

1. Presidente, António Domingos da Silva Tiago
2. Vereador, José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
3. Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos
4. Vereador, Mário Nuno Alves de Sousa Neves
5. Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras
6. Vereador, Paulo Fernando de Sousa Ramalho
7. Vereador, Paulo Sérgio Fernandes da Rocha
8. Vereadora, Marta Moreira de Sá Peneda
9. Vereador, Hernâni Avelino da Costa Ribeiro
10. Vereador, António José Ferreira Peixoto

Esteve ausente, por motivos devidamente justificados: o Senhor Vereador, António Manuel Leite Ramalho (Partido Socialista).

Esteve presente em regime de substituição: a Senhora Vereadora, Maria João Neno Escobar (Partido Socialista).



Estiveram ainda presentes, para apoio técnico à reunião: O Senhor Diretor do Aeródromo da Maia, Augusto Carlos Monteiro; os consultores do Município, José Carlos Portugal e Tomás Allen, em representação da empresa de consultadoria externa na área de mobilidade e transportes, Allen-Project Management Consulting, Ld.

A reunião teve início pelas 16:00h, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Programa Estratégico para o Desenvolvimento do Aeródromo da Maia – Vilar de Luz (PEDAM)

Apresentação do Programa Estratégico para o Desenvolvimento do Aeródromo da Maia – Vilar de Luz (PEDAM), em power point realizada pelo Arqt. Tomás Allen, em representação da empresa de consultadoria externa na área de mobilidade e transportes, Allen-Project Management Consulting, Ld.

A Senhora Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras, usou a palavra para agradecer ao Arquiteto. Tomás Allen a apresentação realizada, e felicitar pelo estudo que desenvolveu. Atendendo ao que estava previsto no caderno de encargos para a adjudicação, estavam cumpridos os requisitos e os termos da referência para que foram contratados. Naturalmente esta situação era uma questão muito política, tinha que ver muito com a estratégia de uma autarquia, em querer, ou não, ter uma infraestrutura desta dimensão. Referiu a Senhora Vereadora, que atendendo aos números que estavam ali plasmados, um investimento de nove ponto cinco milhões de euros em quatro anos, atendendo também aos custos e proveitos que foram dados a conhecer no mesmo relatórios, nos últimos dez anos, em que se podia verificar, principalmente no último ano que foi dado a conhecer, em 2022, entre receitas e custos, tinham uma atividade altamente deficitária. A questão do Partido Socialista, e não obstante o facto de terem sido encomendados em 2010 dois estudos à Faculdade de Economia do Porto, para que se estudasse a viabilidade económica, esses estudos que foram realizados em 2010 estavam completamente fora de tempo, e completamente desatualizados. Perante a altura que estavam a atravessar, os investimentos que a Câmara Municipal estava a fazer em outras áreas estratégicas, o Partido Socialista pensou que seria muito relevante perceberem a



viabilidade económico-financeira desta infraestrutura, pelo Executivo e pela gestão do Aeródromo. Do ponto de vista de gestão, e era para isso que estavam ali, para acompanhar essa gestão de dinheiros públicos, a aposta neste setor era algo que exigia uma alavancagem económico-financeira muito considerável, e naturalmente, em termos ambientais, estava-se a tentar que a aviação diminuísse, e que se aposte na ferrovia e na alta velocidade, tudo questões muito complexas que estavam ali entroncadas. Mas, o que parecia ao Partido Socialista, era que faltava o estudo da viabilidade económico-financeira.

Prestou esclarecimentos de natureza técnica o Arquiteto Tomas Allen, referindo que não estava no âmbito de trabalho, nem poderia estar porque estava ao mesmo tempo a ser revisto o Regulamento de Taxas, e sem saberem quais eram as taxas não poderiam imaginar quais seriam os proveitos. Agora, que estava era o reposicionamento estratégico, a indicação de onde podia surgir cada atividade, com localização e acessos, podiam partir para um estudo económico. Mais referiu que estavam muito otimistas, mas com números mais concretos e mais pormenorizados é que podiam fazer o estudo económico.

Prestou esclarecimentos de natureza técnica o Eng.º Augusto Monteiro, referindo que ainda não tinham o serviço que deveriam ter, mas tinham celebrado um acordo com a ANAC, no sentido de, quando fosse solicitado o aeródromo, em casos de trabalho, haver a garantia que nesses casos, através do chamado PPR (Pedido Prévio de Reserva), ter um lugar para os aviões estacionarem. Mais referiu que quando entrar em vigor o regulamento as taxas seriam ajustadas. Acrescentou que o próprio plano e o regulamento de taxas requeriam parecer e aprovação da ANAC, era algo que ainda estava a ser trabalhado.

O Senhor Vereador, Mário Nuno Alves de Sousa Neves, interveio, referindo que gostaria de tecer algumas considerações. Não se tratava, para o Município, de ter ou não ter um aeródromo, o Município tinha e tem um aeródromo. O que era preciso, e era urgente, era que o Município reunisse rapidamente as condições para que o aeródromo que tinha pudesse funcionar tal como era hoje. O aeródromo estava há relativamente pouco tempo, do ponto de vista histórico, não tinha condições de operação, e perante este facto era necessário tomar uma posição, ou se renovava a estrutura existente, para a função para o qual foi criado, ou se desmantelava o



aeródromo. As equipas do Doutor Vieira de Carvalho quando pensaram no aeródromo, pensaram que uma estrutura daquela natureza era importante para o Município e era importante para a Área metropolitana do Porto. Importância essa, que tendo em conta a forma como o Aeroporto de Pedras Rubras foi desenvolvendo o tipo de operação que começou a privilegiar essa equidade para o Município da Maia e para a Área Metropolitana do Porto ainda aumentou. Havia um determinado tipo de aviação que era cada vez mais necessária, que era a aviação empresarial, assim como o turismo. Se não existir uma estrutura aeroportuária dessa natureza, e tendo em conta o que o Aeroporto de Pedras Rubras podia oferecer a quem quisesse aterrar, rapidamente se percebeu que o aeródromo continuava a ter a sua continuidade inatacável, tornando-se cada vez mais evidente. O Município, para com uma estrutura que estava, por várias razões, completamente inoperacional, teve de começar a tomar decisões, e a primeira decisão foi colocar o aeródromo a funcionar, tendo feito uma série de investimentos em normas de segurança que permitisse a recuperação da licença da operação. Mais referiu o Senhor Vereador, que a questão da vedação era preciso ser alterada, porque a vedação existente tem servido, mas não correspondia exatamente às normas da aviação civil, e paulatinamente teria de se aumentar a vedação significativamente, porque as entidades que regulavam estas operações eram muito exigentes e o Município tem de cumprir. O Município começou a criar as condições para que a operação aérea pudesse continuar, e isso foi aceite, e ao mesmo tempo resolver algumas questões do ponto de vista regulamentar, porque o regulamento que estava a enquadrar a atividade do aeródromo, do ponto de vista das taxas, não estava atualizado. Era um processo complexo de alteração ao regulamento que estava em fase de apreciação. Havia algumas questões de carácter jurídico relacionadas com a própria ocupação do aeródromo, havia um conjunto de operadores de várias naturezas, em que alguns já não fazia sentido lá estarem, e outros, que para continuarem, tinham que ser regulados. Para ganharem algum tempo, o Senhor Presidente decidiu, e muito bem, encomendar o plano relacionado com o aeródromo, e o que tiver que se fazer será feito de acordo com base neste estudo. Quanto à rentabilidade do aeródromo de Vilar de Luz, era verdade que era deficitária, mas só podia deixar de ser quando a estrutura corresponder a todas as expectativas.



O Senhor Vereador, José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho, interveio, dando nota que naquele dia tiveram a apresentação do estudo pela equipa, quer interna quer externa, tendo sido muito bem feito por todos, e era um estudo que já tinha sido visto há um ano. Era uma peça que tinha sido feita no final dos anos oitenta, e que depois tinha estado em obra até à sua abertura. Dos anos dois mil para a frente, foi posto um bocado de lado, por vários motivos. As empresas que estavam no aeródromo há alguns anos, investiam aquilo que podiam e conseguiam. Pelas notas que ali tinham, a Câmara Municipal, nos últimos anos, investiu um bocado mais do que aquilo que estava a investir. Referiu também que as fotos que tinham sido vistas na apresentação, demonstravam bem o estado em que estava à data, quer a pista quer as gares, e que era necessária uma mudança, e uma mudança total, porque aquela peça não estava em ordem de receber desenhos novos e projetos novos. A ideia desta peça foi sempre, numa fase, a aviação ligeira para jatos até longo alcance, por isso é que a medida da pista àquela data precisava de aumento, ficando mais larga para os voos internos, depois para cargas, era esta a ideia base. E depois, era óbvio a parte do ensino, a parte mecânica, toda essa ligação com esse meio, a FEUP, a parte dos cursos, a parte dos saltos que veio à posteriori, com a entrada de outras empresas, depois o mundo aéreo, e o gosto que muitas pessoas têm por este tipo de atividade, e de observar toda a sua envolvência. Hoje, estavam perante um desenho que foi ali mostrado, e a ideia que tinham à data para o aeródromo, o Senhor Vereador viu coisas que achou bem, viu outras que podiam ir um bocado mais a cima, havendo também a questão dos custos que era necessário analisar, e que em particular era a parte que gerava mais *espécie* ao Senhor Vereador, que era investir nove ponto cinco milhões de euros, que o Senhor Vereador achava bem, e que se calhar até era pouco, mas deviam de ter uma base económica, um estudo económico-financeiro que sustentasse o projeto, e que era possível ser feito. Referiu o Senhor Vereador, que tinha sido dito, e bem, que faltava a ANAC dar o aval ao estudo, era bom que esse aval já estivesse ali, porque a ANAC pode achar a ideia boa, mas sugerir alterações ou não, mas era um fator chave. Outro fatoro chave, quanto ao Partido Socialista, tinha que ver com os acessos, e para o Senhor Vereador o acesso por Água Longa, era um acesso chave. Com esse acesso rápido, o sucesso deste desenho era sem dúvida muito mais prático. Para tal acontecer, tinha que haver um acordo entre os dois Municípios envolventes, o que,



quanto ao Senhor Vereador, era crucial nesta situação, e ser tratada rapidamente para que todo o processo tivesse nexos, o acordo entre Câmara sobre a via, e sobre a parte que o outro Município acha que é deles, mas que nunca investiram nesta peça, sendo o investimento feito só pela Câmara da Maia, mas esta via nova era chave, como a ANAC também era chave. Acrescentou o Senhor Vereador, que era essencial analisarem duas situações: a primeira, os fundos que tinham para apoio neste tipo de áreas, como as pistas e os hangares, e como tinham dito, era bom que as Câmaras que tinham situações similares se unissem, para que o Estado investisse nesta questão em que era necessário efetuar obra. Não sabia o Senhor Vereador se hoje em dia existiam fundos de apoio que se encaixassem neste tipo de obras, era uma informação que também não tinham; e segundo: quanto era que as empresas que foram ouvidas, estavam dispostas a investir, quando e como. Depois, terem essas contas efetuadas, mais o estudo económico, que quanto ao Senhor Vereador era a base de tudo. E neste havia essas falhas, que podiam ter sido colmatadas, para que pudessem aprovar algo com mais conteúdo, porque não sabiam quem pagava, a quem pagavam, que implicações poderiam ter, se as empresas estavam interessas em investir. Tudo o que foi explanado pelo Senhor Vereador eram as dúvidas do Partido Socialista.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, referiu que este é um programa devidamente estruturado, mas que os efeitos financeiros da presente proposta estarão sempre indexados aos procedimentos a aprovar pelos órgãos municipais competentes nos termos legalmente aplicáveis. O Senhor Presidente referiu a questão do fornecimento de combustível que ao momento é assegurado, provisoriamente, pela Nortávia, pelo que a Câmara Municipal está a preparar um concurso público para encontrar um operador que invista e faça a gestão do negócio. A pretensão era o aeródromo ter essa amenidade, para que todos os operadores aeronáuticos tenham uma oferta capaz.

O Senhor Vereador, José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho, referiu que achavam bem que investissem naquilo que eram as questões urgentes, e o combustível era muito urgente, tendo o Senhor Vereador queixas de empresas que tinham aviões, e não tinham combustível. Pensava o Senhor Vereador que no aeródromo existiam combustíveis para todos os aviões, mas não, era só para alguns. Existia essa falha, que também era uma fonte de receita, podendo ser feita a



concessão, acrescentando a parte aérea e das redes à volta. Tudo, esse bolo, dava os tais nove milhões, mas com certeza que haveria algum fundo para estas situações, podia ser um fundo menor, assim como, o Estado também podia intervir.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, deu nota que nesta fase o objetivo era a Câmara tomar conhecimento deste estudo e da estratégia definida para o aeródromo.

Depois de submetida a votação e aprovação foi o Programa Estratégico para o Desenvolvimento do Aeródromo da Maia - Vilar de Luz (PEDAM), **aprovado por unanimidade**, sendo que os efeitos financeiros da presente proposta estarão sempre indexados aos procedimentos a aprovar pelos órgãos municipais competentes nos termos legalmente aplicáveis.

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e para os efeitos previstos na alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

2. PRR – Plano de Recuperação e Resiliência | 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação | Ratificação do Contrato de Comparticipação n.º 61692 | “Aquisição de frações ou prédios para destinar a habitação – 1 fogo – Rua António Fernandes Pinto, n.º 22, 1.º Andar Esquerdo, Moreira”

Depois de submetida a votação e aprovação foi a ratificação do Contrato de Comparticipação SIGA n.º 61692 | “Aquisição de frações ou prédios para destinar a habitação - 1 fogo - Rua António Fernandes Pinto, n.º 22, 1.º Andar Esquerdo, Moreira” em anexo, celebrado, nos termos descritos, entre o município da Maia e IHRU - Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., no âmbito do Programa 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, **aprovada por unanimidade**.

3. PRR – Plano de Recuperação e Resiliência | 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação | Ratificação do Contrato de Comparticipação n.º 61946 | “Aquisição de frações ou prédios para destinar a habitação – 1 fogo – Rua da Bajouca, n.º 817, 1.º Andar, Apartamento 4, Castelo da Maia”



Depois de submetida a votação e aprovação foi a ratificação do Contrato de Participação SIGA n.º 61946 | “Aquisição de frações ou prédios para destinar a habitação – 1 fogo – Rua da Bajouca, n.º 817, 1.º Andar, Apartamento 4, Castelo da Maia” em anexo, celebrado, nos termos descritos, entre o município da Maia e IHRU - Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., no âmbito do Programa 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, **aprovada por unanimidade.**

4. PRR – Plano de Recuperação e Resiliência | 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação | Ratificação do Contrato de Participação n.º 61965 | “Aquisição de frações ou prédios para destinar a habitação – 1 fogo – Rua António Marques, n.º 54-A, 2.º Andar Direito Traseiras, Cidade da Maia”

Depois de submetida a votação e aprovação foi a ratificação do Contrato de Participação SIGA n.º 61965 | “Aquisição de frações ou prédios para destinar a habitação – 1 fogo – Rua António Marques, n.º 54-A, 2.º Andar Direito Traseiras, Cidade da Maia” em anexo, celebrado, nos termos descritos, entre o município da Maia e IHRU - Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., no âmbito do Programa 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, **aprovada por unanimidade**

5. PRR – Plano de Recuperação e Resiliência | 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação | Ratificação do Contrato de Participação n.º 62565 | “Aquisição de terrenos e construção de prédio ou de empreendimento habitacional – 24 fogos – Rua Nova da Ribela, Castelo da Maia, 4475-710 Maia”

Depois de submetida a votação e aprovação foi a ratificação do Contrato de Participação SIGA n.º 62565 | “Aquisição de terrenos e construção de prédio ou de empreendimento habitacional – 24 fogos – Rua Nova da Ribela, Castelo da Maia, 4475-710 Maia” em anexo, celebrado, nos termos descritos, entre o município da Maia e IHRU - Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., no âmbito do Programa 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, **aprovada por unanimidade.**



6. PRR – Plano de Recuperação e Resiliência | 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação | Ratificação do Contrato de Comparticipação n.º 62664 | “Aquisição de terrenos e construção de prédio ou de empreendimento habitacional – 42 fogos – Rua Joaquim Carvalho da Costa, Águas Santas”

Depois de submetida a votação e aprovação foi a ratificação do Contrato de Comparticipação SIGA n.º 62664 | “Aquisição de terrenos e construção de prédio ou de empreendimento habitacional – 42 fogos – Rua Joaquim Carvalho da Costa, Águas Santas” em anexo, celebrado, nos termos descritos, entre o município da Maia e IHRU - Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., no âmbito do Programa 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, **aprovada por unanimidade.**

7. PRR – Plano de Recuperação e Resiliência | 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação | Ratificação do Contrato de Comparticipação n.º 62668 | “Aquisição de terrenos e construção de prédio ou de empreendimento habitacional – 26 fogos – Monte das Cruzes, Milheirós”

Depois de submetida a votação e aprovação foi a ratificação do Contrato de Comparticipação SIGA n.º 62668 “Aquisição de terrenos e construção de prédio ou de empreendimento habitacional – 26 fogos – Monte das Cruzes, Milheirós” em anexo, celebrado, nos termos descritos, entre o município da Maia e IHRU - Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., no âmbito do Programa 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, **aprovada por unanimidade.**

8. PRR – Plano de Recuperação e Resiliência | 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação | Ratificação do Contrato de Comparticipação n.º 62887 | “Aquisição e reabilitação de frações ou prédios para destinar a habitação – 6 fogos – Rua Alvarim Vieira – Lote 2, Águas Santas”

Depois de submetida a votação e aprovação foi a ratificação do Contrato de Comparticipação SIGA n.º 62887 | “Aquisição e reabilitação de frações ou prédios para destinar a habitação – 6 fogos – Rua Alvarim Vieira – Lote 2, Águas Santas” em anexo, celebrado, nos termos descritos, entre o município da Maia e IHRU - Instituto



de Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., no âmbito do Programa 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, **aprovada por unanimidade.**

9. Apresentação do Estudo Urbanístico de Referência para a Zona de Acolhimento Empresarial Maia I, em Mandim

Apresentação do Estudo Urbanístico de Referência para a Zona de Acolhimento Empresarial Maia I, em Mandim, realizada pelo Arqt. José Carlos Portugal, consultor externo na área de urbanismo.

Foi tomado conhecimento.

A Câmara Municipal mais deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta as deliberações tomadas, para efeitos de execução imediata.

Pelas 19:30h o Senhor Presidente da Câmara encerrou a reunião, da qual se lavra a presente ata, que é constituída por 10 (dez) páginas e respetivos anexos.

O Presidente da Câmara Municipal da Maia

António Domingos da Silva Tiago

A Secretária da Reunião

Alexandra Carvalho

Maia e Paços do Concelho, 08 de julho de 2024